



QUARTA-FEIRA
QUARTA-FEIRA
QUARTA-FEIRA, 01 DE DEZEMBRO DE 2024
QUARTA-FEIRA

Presidente Iracema Vale

o colunista Felipe Klamt no Programa Palpite, da rádio do Imparcial, o a-
lista em Direito Constitucional, Márcio Endles, trouxe à luz os bastidores das recentes batalhas jurídicas que movimen-
taram o cenário político maranhense. Irmão da presidente da Assembleia Legislativa, Iracema Vale, Endles não poupou
críticas ao que classificou como "aventuras jurídicas" baseadas em mentiras e privilégios.

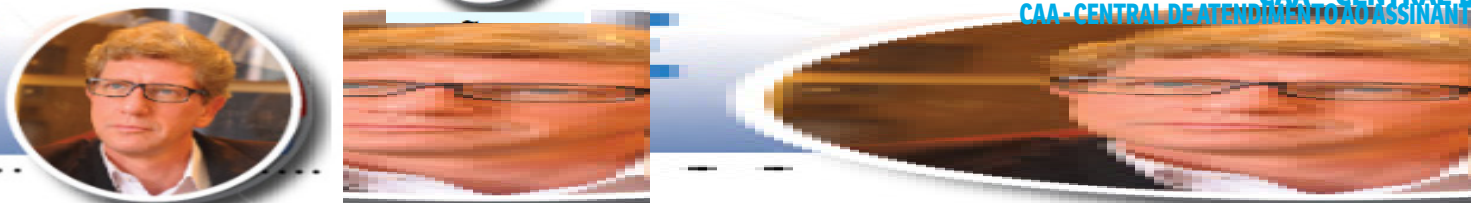
Corrida pela MP ambiental

Coloca-se no caminho Bachabeira de rejeição em Brasília

A poucos dias de caducar, a MP 1.368, que regulamentava o Licenciamento Ambiental Especial, reacende a disputa entre o governo Lula e o Centro. En-
quanto o Planalto aposta no texto como última chance de resgatar trechos da Lei Geral de Licenciamento que tiveram vetos dos rubros líderes do Centro
correm para aprovar a medida em meio a pressões, articulações de última hora e o risco de um novo impasse ambiental no Congresso.



Dia Mundial... ta Contra a Aids: prevenção



milhões de pessoas vivem com HIV em todo o mundo, 1,3 milhão de novas infecções ocorreram em 2024 e 9,2 milhões de pessoas ainda não têm acesso ao tratamento.

Patrimônio Natural

Governador celebra James Cameron revela se Avatar ganhará quarto filme



Superliga Masculina terá jogo em São Luís



NOSSOS TELEFONES: REDAÇÃO 98991445641 • COMERCIAL 991151624 • CAA - CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE 991445645

19/DEZ PAVILHÃO DO SEBRAE SÃO LUÍS-MA

REALIZAÇÃO: DUK PULSE APOIO: O IMPARCIAL

TOUR | 2025

ROUPA NOVA

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA SABER MAIS

1 DE DEZEMBRO
DIA MUNDIAL DE LUTA CONTRA AIDS



O bicentenário de Dom Pedro II

ADRIANO PINHEIRO
PROFESSOR DE HISTÓRIA

No próximo dia 2 de dezembro, o imperador Dom Pedro II completaria 200 anos. O governante que mais tempo permaneceu no poder no Brasil é também uma das figuras que mais despertam fascínio entre os brasileiros, tanto por sua cultura quanto por suas ideias avançadas para a época em que reinou. Mas quem era o homem por trás do mito? Quais foram os acertos e falhas do seu reinado? Sua trajetória se confunde com a história do Brasil. Dom Pedro II herdou o trono após a abdicação de seu pai, Dom Pedro I. Além das razões mencionadas nos livros didáticos, muitos historiadores apontam que Dom Pedro I acreditava que o filho seria mais respeitado do que ele, justamente por ser brasileiro de nascimento. Aliás, muitos afirmam que o povo só se sentiu

verdadeiramente independente após a partida definitiva de Dom Pedro I para Portugal. Antes disso, pairava o medo de que o Brasil fosse recolonizado, já que o imperador era português.

Dom Pedro II se tornou um homem muito culto, que valorizava a ciência, apreciava as artes e era um poliglota. Houve todo um cuidado por parte dos tutores que ele teve aqui, visto que tinha cinco anos quando seu pai deixou o trono. Dom Pedro I, em suas cartas ao filho, enfatizava a importância dos estudos, já que ele mesmo não foi um aluno aplicado e teve sérios problemas por conta disso. O período regencial foi turbulento, houve muitas rebeliões em nossa nação e havia, de certo modo, no imaginário coletivo, o sentimento de que aqueles regentes não eram nossos soberanos e não tinham o direito de nos governar. Isso levou à antecipação da maioridade de Dom Pedro II em 1840, sendo ele coroado em 1841. Sobre o seu reinado, tivemos um desenvolvimento social e econômico. Foi construída a primeira estrada de ferro, linhas de telégrafo, a construção do canal Campos-Macaé, considerada por muitos autores a maior obra de engenharia do Brasil no século XIX, além da criação da Academia Imperial de Belas Artes e do apoio ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Houve também a abolição da escravidão de maneira lenta e

gradual. Nesse ponto, vale lembrar que Dom Pedro II era contrário à escravidão, e os negros que trabalhavam para ele eram alforriados e recebiam salários. O que muitos não sabem é que ele encaminhou o primeiro projeto de cotas para negros alforriados estudarem no Colégio Dom Pedro II. Como não foi aprovado,

o imperador passou a pagar bolsas de estudo para esses negros. Contudo, a nossa abolição foi muito tardia, porque a aristocracia rural era a base de sustentação do Império, e Dom Pedro II temia que o Brasil entrasse em uma guerra civil, assim

como ocorreu nos EUA. Um fato que poucos conhecem é que havia os “escravos da nação”, como se fossem escravos do Estado. Esses, o imperador libertou em 1871. A abolição só ocorreu definitivamente em 1888, quando o Brasil tinha em torno de 7% de escravizados. E os fazendeiros ainda queriam indenizações, o que não receberam. A princesa Isabel foi contra essa medida, questionando o fato de os negros já terem dado muito lucro aos seus donos; ou seja, a indenização deveria ser dada aos negros e seus descendentes.

Muitos dizem que Dom Pedro II era avesso ao poder e preferia se dedicar aos estudos e às viagens, delegando suas funções ao presidente do Conselho de Estado. Porém, havia o Poder Moderador, e, quando o presidente do Conselho não conseguia aprovar um projeto, Dom Pedro II dissolvia o Parlamento e convocava novas eleições para que o presidente do Conselho de Estados pudesse aprovar o projeto. Um fato histórico que pesou bastante para a queda da monarquia foi a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870. O imperador chegou a travar um empate com o Conselho de Estado, que queria encerrar o conflito, mas Dom Pedro II queria capturar o ditador paraguaio Solano López, que foi morto por um militar brasileiro, conhecido como “cabo Chico Diabo”. O exército saiu fortalecido com a vitória dessa guerra, e foi criado o Partido Republicano Paulista, com a permissão do imperador.

Há historiadores que acreditam que Dom Pedro II entendia que o futuro do Brasil seria a República e queria apenas concluir o seu reinado. O fato de ele ser sucedido por uma mu-

lher no trono também seria uma barreira muito forte a ser vencida em meio a uma sociedade patriarcal e machista. A Proclamação da República foi feita por um marechal monarquista que queria apenas derrubar o gabinete do Visconde de Ouro Preto, Deodoro da Fonseca. Ele o derrubou e pretendia conversar com o imperador, que estava em Petrópolis, o que não ocorreu. Quando Deodoro soube que Dom Pedro II nomearia Silveira Martins para o lugar do Visconde de Ouro Preto, decidiu-se pela República, já que Silveira era um desafeto político de Deodoro; ambos haviam tido carreira política no Rio Grande do Sul.

O destino de Dom Pedro II foi melancólico. Os militares chegaram a cogitar o fuzilamento da família real; porém, a República foi um feito entre Rio e São Paulo, e Dom Pedro II ainda tinha seu carisma nas províncias brasileiras, o que poderia colocar o povo contra o novo regime. A família real embarcou, na calada da noite, em um navio para o exílio, justamente para evitar manifestações. Sua primeira estadia se deu em Portugal, onde seu sobrinho-neto, o rei Dom Carlos I, era o monarca. O banimento de Dom Pedro II do Brasil se deu pelo fato de ele recusar a pensão oferecida pela República brasileira; isso deu a entender que ele não reconhecia o novo regime, razão pela qual permaneceria banido. Porém, em Portugal, seu sobrinho esperava que Dom Pedro II atacasse a República do Brasil, o que ele não fez e, para completar, estabeleceu relações cordiais com os republicanos portugueses. Não houve mais clima para que ele permanecesse em Portugal e, então, deslocou-se para a França. Lá, ele era querido, ajudou o Instituto Pasteur e tinha uma boa relação com cientistas e intelectuais. Em 5 de dezembro de 1891, faleceu vítima de pneumonia, no quarto do hotel Bedford, em Paris. Seu funeral teve honras de chefe de Estado, o que provocou questionamentos do governo brasileiro.

Dom Pedro II criou instituições e plantou as bases de um país rico e diverso; por outro lado, o seu medo em arriscar e a subserviência aos grupos dominantes geraram um Brasil muito desigual e cheio de contrastes. Foi, sem dúvida, uma figura indelével em nossa história!

Meio século de transformações na prática médica

DAVID UIP

médico infectologista, membro titular da Academia de Medicina de São Paulo

Há meio século, a medicina era um ofício muito mais artesanal, ancorado na escuta e no toque. O Brasil ainda não contava com o Sistema Único de Saúde (SUS), que mais tarde se tornaria um marco de inclusão e acesso. Hoje, tornou-se também ciência de precisão, sustentada por imagens, algoritmos e moléculas desenhadas sob medida. Nesse intervalo, assisti a uma sucessão de revoluções que transformaram não apenas a forma como cuidamos, mas também as perspectivas de vida de milhões de pessoas.

Lembro-me de como a chegada da tomografia computadorizada e, mais tarde, da ressonância magnética, ampliou os horizontes do diagnóstico. Quando iniciei, contávamos basicamente com radiografias e, no máximo, tomografias iniciais. Hoje, dispomos de PET-CT, ressonância magnética funcional e exames de altíssima resolução, capazes de identificar doenças em estágios precoces e tratáveis. O mesmo aconteceu com a genética: de uma disciplina quase teórica, ela se tornou protagonista. Em 2003, o sequenciamento do genoma humano abriu caminho para a medicina personalizada, permitindo identificar genes ligados a doenças e, muitas vezes, agir antes mesmo dos primeiros sintomas.

A cirurgia seguiu trajetória semelhante. Técnicas minimamente invasivas, antes inimagináveis, tornaram-se rotina. A laparoscopia e a cirurgia robótica reduziram riscos e aceleraram recuperações. Transplantes antes impensáveis, hoje já são realidade. Na oncologia, a imunoterapia e as terapias alvo-moleculares revolucionaram o tratamento, e a terapia gênica começa a corrigir defeitos que, até pouco tempo atrás, carregávamos por toda a vida.

Mas não foram apenas os grandes marcos tecnológicos que marcaram essa jornada. A medicina também se humanizou: o cuidado passou a envolver não só prolongar a vida, mas garantir qualidade, dignidade e acolhimento. Cuidados paliativos, antes tabu, tornaram-se parte essencial da prática médica. Na infectologia, as mudanças também foram profundas. O enfrentamento do HIV/Aids, o avanço das vacinas, a descoberta de antivirais potentes e, mais recentemente, a mobilização global contra a covid-19 mostraram o poder da ciência quando sociedade, médicos e pesquisadores caminham juntos. A rapidez com a qual a ciência responde a desafios é impressionante. Mas não podemos esquecer que, apesar de todos os avanços, ainda há milhões de pessoas que vivem em condições precárias de saúde, com acesso limitado a cuidados básicos. A medicina precisa continuar evoluindo, não apenas em termos tecnológicos, mas também em termos de equidade e acesso. É preciso garantir que os benefícios da ciência sejam compartilhados por todos. A medicina é uma jornada constante, e cada dia nos oferece novos desafios e oportunidades. É preciso manter o foco no paciente, na escuta e no cuidado. A medicina é uma profissão que exige dedicação, empatia e vontade de aprender sempre mais. É preciso continuar evoluindo, não apenas em termos tecnológicos, mas também em termos de equidade e acesso. É preciso garantir que os benefícios da ciência sejam compartilhados por todos. A medicina é uma jornada constante, e cada dia nos oferece novos desafios e oportunidades. É preciso manter o foco no paciente, na escuta e no cuidado. A medicina é uma profissão que exige dedicação, empatia e vontade de aprender sempre mais.

Olho para trás e vejo um caminho de avanços impressionantes, mas também de novos desafios. A longevidade aumentou — a expectativa de vida do brasileiro, que era de cerca de 58 anos nos anos 1970, hoje ultrapassa os 76. Viver mais tempo exige uma medicina preparada para lidar com doenças crônicas, demências e os dilemas de um envelhecimento populacional acelerado.

Eis o momento para o Brasil se tornar protagonista. Precisamos investir em novos tratamentos e estratégias para enfrentar a grande epidemia que já está em curso: a multiresistência antimicrobiana. Se nada fizermos, milhares de vidas serão perdidas. Se há algo que aprendi nesses meus 50 anos de profissão é que a medicina nunca se acomoda. A cada conquista, surge uma nova fronteira; a cada cura, um novo enigma. E é justamente essa busca incessante que mantém vivo o espírito de quem escolheu dedicar a vida a cuidar da vida.

O IMPARCIAL

EMPRESA PACOTILHA SA

Rua Assis Chateaubriand, 01 - Renascença II
São Luís - Maranhão - CEP 65075-670

Pedro Freire
Diretor-Presidente
pedrofreire@oimparcial.com.br

Celso Segio
Diretor Executivo

Patrícia Freire
Gerente Financeira
patriciafreire@oimparcial.com.br

Raimundo Borges
Diretor de Redação

FALE CONOSCO - GRUPO O IMPARCIAL

REDAÇÃO
(98) 99144-5641

COMERCIAL
(98) 99116-1624

Marketing
98 9 8175 4604

REDES SOCIAIS
Whatsapp: (98) 99144-5641
Twitter: @oimparcialonline
Instagram: @oimparcial
www.oimparcial.com.br

BATALHAS POLÍTICAS

Márcio Endles analisa crise institucional no MA

Em entrevista exclusiva ao Programa Palpite, jurista revela bastidores do 10 a 0 no Supremo, em favor da presidente Iracema Vale e desmonta a tese de Othelino Neto

FELIPE KLAMT - COLABOROU
GREGORY POLLON

Em uma conversa franca e tecnicamente afiada com o colunista Felipe Klamt no Programa Palpite, da rádio do Imparcial, o advogado e especialista em Direito Constitucional, Márcio Endles, trouxe à luz os bastidores das recentes batalhas jurídicas que movimentaram o cenário político maranhense. Irmão da presidente da Assembleia Legislativa, Iracema Vale, Endles não poupou críticas ao que classificou como “aventuras jurídicas” baseadas em mentiras e privilégios.

A “Goleada” Constitucional

O ponto alto da entrevista foi a análise do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a eleição da mesa diretora da ALEMA. O placar unânime de 10 a 0 a favor das regras que elegeram Iracema Vale foi tratado por Márcio não apenas como uma vitória jurídica, mas como a restaura-

ção da verdade.

“A ação foi baseada em uma mentira. Alegaram que o critério de desempate por idade era uma inovação para beneficiar a deputada, quando na verdade essa regra existe no regimento há mais de 30 anos,” destacou o jurista.

A Desconstrução da “Tese Aristocrática”

Com precisão cirúrgica, Márcio Endles desmontou a argumentação do deputado Othelino Neto, que buscava alterar os critérios de desempate. Segundo o advogado, a tentativa de judicialização foi uma manobra para beneficiar um único indivíduo em detrimento das regras do jogo. Ele listou os cenários onde, invariavelmente, Iracema sairia vencedora, provando a fragilidade do pleito opositor:

Critério Idade (Regra Vigente): Iracema vence.

Critério Total de Mandatos (Prefeitura + Vereança + Deputada): Iracema vence.

Critério Votação Popular: Iracema obteve mais votos em uma única eleição do que o acumulado histórico do oponente.

“Eles queriam anular todos os critérios lógicos para criar um critério único que privilegiasse uma pessoa. É uma tese aristocrática e misógina,” disparou.



O imbróglio do TCE e a denúncia de falsificação

O jurista também abordou a paralisação das duas vagas para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), classificando a situação como prejudicial à população, dado o caráter essencial do órgão. O tom subiu quando o assunto tocou na suspeita de uso de documentos falsos no processo que tramita em Brasília.

Endles chamou a atenção para uma “coincidência” alarmante: documentos que comprovariam irregularidades foram anexados ao processo seis meses depois, exatos um dia após os registros digitais de sua origem terem sido apagados do sistema, dificultando a rastreabilidade e a prova de falsificação.

O Alerta Vermelho: Deepfakes e a Campanha de 40 Dias

Um dos pontos mais alarmantes da entrevista foi a previsão de Endles para o próximo pleito. O advogado alertou que a massificação de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) para criar deepfakes (vídeos e áudios falsos realistas) será o grande desafio, especialmente dado o curto período eleitoral.

- O Risco: Ferramentas que antes eram caras e complexas, agora estão acessíveis em aplicativos de celular.
- O Tempo: Com campanhas reduzidas a cerca de 40 dias, o jurista alerta que o tempo para o Judiciário remover um conteúdo falso e reparar o dano é, muitas vezes, maior que o tempo restante de campanha, tornando o ataque irreversível.

Big Techs: Crítica à Soberania e a “Molecagem”

O tema da regulação das Big Techs gerou um debate acalorado. O colu-

nista Felipe Klamt introduziu a discussão questionando se a postura de desobediência das plataformas no país não representaria uma “molecagem com o Brasil”.

Márcio Endles não apenas concordou com a premissa de desrespeito, mas centrou sua análise na postura da própria sociedade brasileira que, segundo ele, confunde regulação com censura prévia. Ele destacou o contraste entre o tratamento dado ao Brasil e a obediência dessas empresas em outros continentes.

“Na Europa e na Ásia, elas obedecem. Aqui, parece que há uma ‘molecagem’ com o Brasil. Não existe censura prévia em pedir a retirada de um conteúdo que já foi publicado e é criminoso. É um debate de soberania, mas também é um problema nosso, enquanto sociedade, que transforma a tentativa de controle em ‘cerceamento à liberdade de expressão.’” O jurista defendeu que o discurso de “liberdade de expressão” é usado de forma distorcida para permitir crimes, sublinhando a necessidade de responsabilização imediata das plataformas.

A Crise e a Morte dos Partidos Políticos

Em uma análise sociológica, Márcio Endles corroborou a visão de Felipe Klamt sobre o estado atual das agremiações. O entrevistador lamentou que os partidos tenham se tornado apenas “penduricalhos de candidatos”.

O advogado complementou que a legislação eleitoral e as decisões do STF têm tentado mudar essa realidade, forçando a profissionalização e o fim das comissões provisórias inter-

mináveis, que permitiam que os partidos fossem controlados ao bel-prazer de seus caciques. “Hoje, as candidaturas são profissionais e não há mais espaço para partidos amadores. Se você não tem condições de ter uma conta bancária e assessoria jurídica, não tem viabilidade”, resumiu.

O Veredito do Tempo

Ao encerrar a entrevista, Márcio Endles brindou os ouvintes com uma reflexão poderosa sobre a natureza da justiça, que serviu como síntese de todo o conturbado período político recente do Maranhão: “O interessante da justiça é que, mesmo que ela não satisfaça as partes de imediato, o tempo sempre acaba por revelar a verdade. O tempo pode não ser confortável para as partes, mas ele é sempre confortável para a verdade.”

A entrevista completa está disponível no canal do YouTube da TV O Imparcial.



MARANHAO

Governo encerra feiras da Agricultura Familiar com grande público na Lagoa da Jansen

O governador Carlos Brandão visitou, neste sábado (29), a 4ª Feira Nordestina e a 3ª Feira Maranhense da Agricultura Familiar (FEMAF), que este ano aconteceram de forma simultânea na Lagoa da Jansen. O evento reuniu, de 26 a 29 de novembro, mais de 330 expositores dos nove estados do Nordeste, fortalecendo a economia regional, gerando oportunidades e ampliando a visibilidade da agricultura familiar.

Durante quatro dias, o local recebeu milhares de pessoas em busca de produtos orgânicos, artesanato, conhecimento, música e lazer.

O público acompanhou a final do Concurso da Melhor Farinha d'Água, que reuniu inscritos de 25 municípios. A premiação distribuiu R\$ 21 mil entre os vencedores e, pelo terceiro ano consecutivo, Dona Terezinha, do povoado Braço, em Barreirinhas, conquistou o primeiro lugar, emocionando o público ao receber o troféu de melhor farinha do estado. Ela dedicou o prêmio à família e à comunidade, encorajando os produtores.

“Esse título é do meu filho Renato, do meu marido José Preto, de toda a minha família e da minha comunidade de Braço. Porque esse título eu não levo para a minha casa, mas levo para a minha cidade. E quero acrescentar mais, dizendo a todos os trabalhadores e trabalhadoras: vamos nos empenhar mais, agora é hora de lutar, cada vez mais, por um produto de qualidade. Dizer que nós, mulheres trabalhadoras, que cultivamos a terra e processamos nossos produtos com amor, sempre vamos vencer essa luta”, disse a tricampeã.

A programação também incluiu a entrega do Troféu Babaçu, que reconhece iniciativas e personalidades que fortalecem a agricultura familiar e o desenvolvimento rural.

“O troféu Babaçu é um dos pontos altos aqui da nossa feira nordestina, da feira maranhense da agricultura familiar. É uma forma de reconhecimento e de apoiar o trabalho que essas pessoas fazem. E quando eu falo pessoas, são pessoas físicas, mas também pessoas jurídicas, organizações sociais e públicas que atuam nesse setor para que a gente continue desenvolvendo produtos e ocupando cada vez mais o cenário da gastronomia maranhense, nordestina, brasileira e mundial”, afirmou o secretário de Estado da Agricultura Familiar, Bira do Pindaré.

Além da programação de premiações, cursos, exposições e venda de produtos, na saída, os visitantes acompanharam as apresentações musicais de Roberta Miranda, Luciana Pinheiro e Victor Cena.

Na ocasião, Brandão também percorreu estandes, conversou com produtores, elogiando a integração dos estados para garantir políticas públicas de fomento ao setor.



LICENCIAMENTO AMBIENTAL

MP será ponto de atrito entre Lula e Centrão

A medida provisória que dá mais agilidade a obras e empreendimentos será votada às pressas no Congresso nesta semana. O texto editado define algumas regras para a LAE

O governo tem um novo desafio na área ambiental nesta semana no Congresso. A Câmara e o Senado devem votar, ainda esta semana, a MP 1.308 que regulamenta o Licenciamento Ambiental Especial (LAE), destinada a autorizar com mais agilidade obras e empreendimentos que são considerados estratégicos pelo Executivo. Em acordo com o governo, os sete vetos referentes ao tema, que também foram abordados na Lei Geral de Licenciamento Ambiental, não serão apreciados mais em sessão do Congresso. Mas a ideia dos governistas é tentar usar o texto da MP como uma segunda chance de “salvar” os vetos que foram derrubados na Lei Geral de Licenciamento Ambiental.

A MP caducará na sexta-feira, caso não seja apreciada pelo Congresso. Com isso, é a vez do Centrão de correr contra o tempo para aprovar o texto. A ideia é que a proposta seja votada na Comissão Mista da MP na terça-feira e nos plenários da Câmara e do Senado

no dia seguinte.

Entenda

O texto editado pelo governo define algumas regras para a LAE. A primeira é que o licenciamento expedido pela autoridade responsável deverá observar: localização, instalação e operação de atividade ou de empreendimento estratégico, ainda que utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, nos termos do regulamento.

Outro ponto abordado na MP é que a LAE será aplicada a atividades ou empreendimentos definidos em decreto bianual do Conselho do Governo — equipe a ser montada pelo Poder Executivo para gerenciar a atividade de forma permanente.

O conselho será responsável por analisar e decidir os pedidos sobre licenciamento e emitir anuências, licenças, autorizações, certidões, outorgas e outros documentos necessá-

rios ao licenciamento ambiental especial.

Para que a LAE seja expedida, a atividade ou empreendimento deve seguir alguns procedimentos, são eles: definir o Termo de Referência (TR) pela autoridade licenciadora; requerimento da LAE com documentos dos projetos, do cronograma e dos estudos ambientais exigidos, de responsabilidade do empreendedor, bem como de anuências, de licenças, de autorizações, de certidões, de outorgas e de outros documentos necessários; e também a análise dos documentos e dos estudos ambientais apresentados.

A MP também exige a realização de audiência pública e, se necessário, informações adicionais e complementares, uma única vez. Caso tudo seja aprovado, será realizada a emissão do licenciamento especial.

INCLUSÃO

Senado terá Sala de Descompressão Sensorial para acolhimento do público

O Senado Federal irá inaugurar, nesta quinta-feira (4/12), uma Sala de Descompressão Sensorial. Este espaço é dedicado a oferecer acolhimento, autorregulação emocional e redução de sobrecarga sensorial. A inauguração integra a programação oficial da Semana de Acessibilidade da Casa.

O público-alvo principal inclui pessoas com transtorno do espectro autista e neurodivergentes, sejam elas servidoras, visitantes ou participantes dos programas institucionais do parlamento. A criação da sala representa um passo decisivo na promoção de ambientes institucionais mais acessíveis, reforçando o compromisso do Senado com a inclusão, o cuidado e o respeito à diversidade.

Ela está localizada no edifício principal, em uma área de fácil acesso, foi planejada com base em boas práticas internacionais e possui isolamento acústico e visual. O objetivo final do espaço é reduzir crises sensoriais, ampliar o conforto de pessoas neurodivergentes e fortalecer a política de inclusão.

Ilana Trombka, diretora-geral do Senado, destacou que a Casa tem se esforçado na missão de garantir mais inclusão. Segundo Ilana, “a verdadeira inclusão não é, apenas, aceitar a todos com suas eficiências e deficiências, mas atender às necessidades específicas de cada cidadão”, e “humanizar os espaços é mostrar que todos são muito bem-vindos e bem-vindas no Parlamento”.

Além disso, a sala tem 15 metros quadrados, iluminação indireta e regulável, climatização silenciosa e piso lavável, cores neutras e suaves e, para garantir o conforto e bem-estar, inclui puffs, mobiliário ergonômico e cabana leve de acolhimento.

O espaço foi pensado para ser seguro, previsível e livre de poluição visual. Ele conta com diversos recursos sensoriais e tecnológicos, como fidget toys, almofadas, protetores auriculares e painel tátil. Tem, ainda, vídeos guiados e QR Code para interação e avaliação acessível, podendo ser utilizado individualmente ou acompanhado, e servidores capacitados em abordagem inclusiva e não invasiva.

A Sala de Descompressão se soma a outras ações estruturantes do Senado voltadas ao acolhimento, equidade e à garantia plena do direito de participação cidadã em espaços públicos. A iniciativa se alinha à estratégia institucional de modernização e humanização de serviços, às normas de acessibilidade e diretrizes de inclusão e às melhores práticas adotadas por parlamentos no mundo.

COMISSÃO DE INQUÉRITO

CPMI do INSS irá votar convocação de Vorcaro



A CONVOCAÇÃO DO EMPRESÁRIO BUSCA ESCLARECER A OFERTA DE PRODUTOS FINANCEIROS, INCLUINDO O CRÉDITO CONSIGNADO

IAGO MAC CORD
CORREIO BRAZILIENSE

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), senador Carlos Viana (Podemos-MG), reforçou, em seu perfil no X (antigo Twitter), neste sábado (29/11), que a comissão irá analisar e votar, na próxima semana, o pedido de convocação de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. O requerimento para que Vorcaro preste depoimento como testemunha foi apresentado pelo relator da CPMI, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), na noite de sexta-feira (28). Se convocado, o banqueiro é obrigado a comparecer. A convocação se insere na investigação de um esquema bilionário de descontos ilegais nos vencimentos de aposentados e

pensionistas.

A convocação do empresário, cuja instituição foi liquidada pelo Banco Central (BC) no dia 18 sob suspeitas de fraude, busca esclarecer a oferta de produtos financeiros, incluindo o crédito consignado, às vítimas da fraude do INSS. Sua inclusão na lista dos convocados do colegiado não é aleatória. Ela foi baseada em um documento oferecido à comissão pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Esse documento listou as instituições que firmaram Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o instituto para a oferta de crédito consignado a titulares de benefícios previdenciários, operações que teriam dado origem às fraudes.

O Banco Master foi justificado para convocação por ter acordo de coope-

ração com o INSS e estar entre as instituições financeiras com maior número de reclamações relativas à modalidade de empréstimo na plataforma do consumidor do Gov.br. Alfredo Gaspar destacou que o plano de trabalho da CPMI a obriga a analisar falhas institucionais e dos mecanismos de controle, possíveis fraudes em empréstimos consignados ofertados a aposentados e pensionistas, verificação de eventuais entidades e pessoas físicas envolvidas nas operações, destinação de recursos e existência de crimes — como lavagem de dinheiro, organização criminosa, corrupção ativa e passiva, concussão ou outras infrações penais relacionadas ao desvio dos valores.

